



## Justiça dos EUA nega pedido de arquivamento de processo contra Paulo Maluf

Um pedido do deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) para arquivar um processo aberto em 2007 sobre um desvio de US\$ 11,6 milhões na época em que foi prefeito de São Paulo foi rejeitado por um tribunal de Nova York. Autoridades americanas dizem que a verba desviada está entre os US\$ 140 milhões, quantia que teria passado por uma conta bancária de Manhattan ligada ao deputado. Na decisão, a juíza Marcy Friedman, da Suprema Corte de Justiça de Nova York, recusou o arquivamento da ação porque os réus não foram capazes de provar o que alegavam. A informação é do portal *Terra*.

As acusações envolvem o superfaturamento de obras viárias no período de 1993 a 1996, quando Maluf foi prefeito de São Paulo. De acordo com os documentos judiciais, o dinheiro era enviado por intermédio do Safra National Bank, em Nova York, para contas controladas por Maluf em Bailiwick, na ilha de Jersey, no Canal da Mancha.

Parte desse dinheiro teria sido repatriada ao Brasil para gastos pessoais e financiamentos de campanhas eleitorais, enquanto outra quantia teria sido empregada na compra de relógios em Nova York, de acordo com a promotoria. O advogado Bryan Skarlatos, que representa o ex-prefeito e seu filho, disse que há um processo tramitando no Brasil sobre as mesmas acusações. "Tenho certeza de que ele pretende recorrer (da decisão de Nova York)", disse Skarlatos.

Maluf, seu filho Flávio Maluf e três outros réus são acusados de mais de uma dúzia de crimes no processo de Nova York. As acusações mais graves acarretam pena de até 25 anos de prisão. O político foi preso durante um curto período em 2005, em São Paulo, pela acusação de lavagem de dinheiro. Maluf e seu filho, empresário e também réu no processo, solicitavam o cancelamento da denúncia de participação em um esquema de propinas no qual o dinheiro era enviado para uma conta bancária em Nova York e, então, transferido para paraísos fiscais.

Os dois acusados também solicitavam que a Justiça suspendesse os "alertas vermelhos" da Interpol, que podem levá-los à prisão caso deixem o Brasil. O promotor do caso lembrou que o Brasil jamais extradita seus cidadãos e que os réus nunca foram a Nova York responder às acusações.

### Date Created

26/04/2012